



Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Município

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Primeira Fase

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. O Governador de determinado Estado da federação propõe arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), perante o Supremo Tribunal Federal (STF), contra lei de Município situado em seu território, que autoriza o Município a explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado. Nesta hipótese, considerada a disciplina constitucional e legal aplicável à espécie, a ADPF é

- (A) admissível, em tese, uma vez que preenche os pressupostos de cabimento quanto à legitimidade e ao objeto, podendo o STF, desde que mediante voto de dois terços de seus membros, conceder liminar para determinar a suspensão da execução de atos considerados lesivos ao preceito fundamental.
- (B) inadmissível, pois o Governador do Estado não possui legitimidade para ajuizar ADPF que tenha por objeto lei municipal, por ausência de pertinência temática.
- (C) inadmissível, pois lei municipal não pode ser objeto das ações de controle concentrado de competência originária do STF.
- (D) inadmissível, pois lei municipal que afronte competência exclusiva do Estado somente pode ser objeto de representação de inconstitucionalidade de competência do Tribunal de Justiça estadual.
- (E) admissível, em tese, uma vez que preenche os pressupostos de cabimento quanto à legitimidade e ao objeto, inclusive no que se refere à subsidiariedade da ADPF como mecanismo apto a sanar a lesão a preceito fundamental.

2. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), contra dispositivos de lei estadual que teriam disciplinado matéria de competência privativa da União, requerendo que fosse concedida medida cautelar, com efeitos retroativos, de forma a tornar aplicável a legislação anterior existente sobre a matéria. Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional e legal da ação direta de inconstitucionalidade, referida ação

- (A) é admissível, em tese, uma vez que preenche os pressupostos de cabimento quanto à legitimidade, ao objeto e à competência para o julgamento, e a medida cautelar poderá ser concedida pelo STF, nos termos requeridos pelo Conselho Federal da OAB.
- (B) não é admissível, pois o Conselho Federal da OAB não possui legitimidade para mover ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto lei estadual, por ausência de pertinência temática.
- (C) não é admissível, pois o STF não é competente para o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto lei estadual, para o qual a competência é do Tribunal de Justiça estadual respectivo.
- (D) não é admissível, pois lei estadual, ainda que contrária à Constituição da República, não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas apenas de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (E) é admissível, em tese, uma vez que preenche os pressupostos de cabimento quanto à legitimidade, ao objeto e à competência para o julgamento, mas a medida cautelar, conforme previsão legal, será dotada de eficácia contra todos e produzirá efeitos *ex nunc*, e não retroativos.

3. Integra a disciplina constitucional da política de desenvolvimento urbano

- (A) a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
- (B) a obrigatoriedade de todos os Municípios adotarem Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, no qual estejam expressas as exigências de ordenação da cidade, em conformidade com as quais se considera que a propriedade urbana cumpre sua função social.
- (C) a adoção de parcelamento ou edificação compulsórios, seguidos de instituição de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, mediante lei específica, como mecanismos de promoção do adequado aproveitamento de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
- (D) as desapropriações de imóveis urbanos, pelo não cumprimento de sua função social, mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pela Câmara Municipal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- (E) a aquisição, mediante usucapião, do domínio de qualquer área urbana de até 250 metros quadrados, possuída por cinco anos ininterruptos e utilizada como moradia própria ou da família, concedendo-se o título respectivo ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

4. Considere o teor da Súmula Vinculante nº 8: “São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

Analise as seguintes afirmações a esse respeito, à luz da disciplina constitucional e legal da matéria:

- I. É pressuposto da edição de súmula vinculante que a matéria que esta tenha por objeto diga respeito a normas acerca das quais exista, entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, controvérsia que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre idêntica questão.
- II. A Súmula Vinculante nº 8 tem, desde sua publicação, efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, mas, por dizer respeito a normas inseridas na legislação federal, restrito a essa esfera da federação.
- III. Se revogada ou modificada a lei em que se fundou a edição da Súmula Vinculante nº 8, o Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, poderá proceder à sua revisão ou cancelamento, conforme o caso.
- IV. Contra ato administrativo que aplique os dispositivos legais considerados inconstitucionais a teor da Súmula Vinculante nº 8, caberá reclamação para o Supremo Tribunal Federal, exigindo-se para seu uso, contudo, o esgotamento prévio das vias administrativas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II e IV.



5. Lei estadual que instituisse região metropolitana, constituída por agrupamentos de Municípios limítrofes, atribuindo a órgãos e entidades estaduais competências relativas à regulação e prestação dos serviços de interesse comum dos entes que integrassem referida região, seria
- (A) inconstitucional, no que se refere à instituição de região metropolitana para integração e execução de serviços de interesse comum, pois este é objetivo de aglomerações urbanas ou microrregiões.
- (B) constitucional, desde que houvesse sido editada dentro de período determinado por lei complementar federal e previamente aprovada, mediante plebiscito, pelas populações dos Municípios diretamente envolvidos.
- (C) constitucional, desde que a criação da região metropolitana se desse por lei complementar.
- (D) inconstitucional, no que se refere à criação de regiões metropolitanas, que é de competência da União.
- (E) inconstitucional, no que se refere à atribuição a órgãos e entes estaduais de competências relativas à gestão de serviços de interesse comum, que deve ser compartilhada entre Estados e Municípios integrantes da região metropolitana.
-
6. Dentre as medidas passíveis de adoção na vigência do estado de sítio decretado em caso de comoção grave de repercussão nacional, NÃO se inclui a possibilidade de
- (A) restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.
- (B) restrição relativa à difusão de pronunciamentos de parlamentares, efetuados em suas Casas legislativas, ainda que tenha sido liberada pela Mesa respectiva.
- (C) busca e apreensão em domicílio.
- (D) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- (E) suspensão da liberdade de reunião.
-
7. É mecanismo que integra a sistemática constitucional da separação de poderes
- (A) a suspensão, pelo Senado Federal, da execução de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal que declare, no todo ou em parte, lei inconstitucional.
- (B) o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- (C) a escolha, pela Câmara dos Deputados, de cidadãos brasileiros natos, maiores de 35 e menores de 65 anos de idade, para integrarem o Conselho da República, órgão superior de consultoria do Presidente da República.
- (D) a aprovação prévia, pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, da escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) o exercício, em caráter excepcional, pelo Presidente da República, de função tipicamente legislativa, mediante a edição de medidas provisórias, leis delegadas e decretos regulamentares.
-
8. Relativamente às terras indígenas, considerada a disciplina constitucional e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, é correto afirmar que
- (A) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população ou no interesse da soberania do País.
- (B) compete à União, por ato do Presidente da República, mediante autorização do Congresso Nacional, a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- (C) o usufruto dos índios não lhes confere o direito exclusivo de explorar recursos minerais nas terras que tradicionalmente ocupem, dependendo de autorização da União, nos termos de lei específica, a exploração da mineração como atividade econômica.
- (D) são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, não gerando a nulidade e a extinção direito qualquer a indenização ou a ações contra a União.
- (E) as comunidades de índios não possuem legitimidade para ingressar em juízo em defesa dos direitos e interesses relacionados às terras que tradicionalmente ocupem, cabendo ao Ministério Público atuar, nesses casos, como substituto processual.
-
9. O Governador de determinado Estado decreta intervenção em Município situado em seu território, sem apreciação do ato pela Assembleia Legislativa, em decorrência do provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação formulada para prover a execução de decisão judicial. Nesta hipótese, a decretação da intervenção deu-se
- (A) contrariamente à disciplina constitucional da matéria, apenas no que se refere ao provimento de representação pelo Tribunal de Justiça estadual.
- (B) em conformidade com a disciplina constitucional da matéria.
- (C) em conformidade com a disciplina constitucional da matéria, no que se refere ao pressuposto material para a decretação da intervenção do Estado no Município, mas não quanto ao procedimento adotado.
- (D) contrariamente à disciplina constitucional da matéria, por não haver pressuposto material para a decretação da intervenção do Estado no Município.
- (E) contrariamente à disciplina constitucional da matéria, apenas no que se refere à não apreciação do decreto de intervenção pela Assembleia Legislativa.
-
10. Um grupo de universitários pretende organizar uma passeata pelas ruas do centro de Cuiabá, em defesa da descriminalização do uso de entorpecentes para fins terapêuticos e recreativos. Nesta hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a manifestação poderá ser
- (A) realizada, independentemente de autorização, por ser expressamente vedada a interferência estatal no funcionamento de associações.
- (B) impedida, mediante decisão da autoridade administrativa competente, na medida em que a Constituição somente assegura a liberdade de reunião para fins lícitos, sendo esta norma constitucional autoexecutável.
- (C) impedida, por não possuir fins lícitos, desde que mediante determinação judicial, em função da reserva jurisdicional existente para restrição do direito de reunião.
- (D) realizada, independentemente de autorização, desde que não frustrar outra manifestação convocada para o mesmo local, bastando prévio aviso à autoridade competente.
- (E) realizada, mediante prévia autorização da autoridade competente.



11. A Constituição do Estado do Mato Grosso, ao dispor sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Estado e entidades da Administração estadual, mediante controle externo, estabelece que
- I. será exercida pela Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o qual é integrado por sete Conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território do Estado.
 - II. dois dos Conselheiros do TCE serão escolhidos, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, segundo critérios de antiguidade e merecimento.
 - III. os Conselheiros do TCE serão nomeados pelo Governador do Estado, com aprovação prévia da Assembleia Legislativa, dentre brasileiros que satisfaçam, entre outros, aos seguintes requisitos: notório conhecimento jurídico, contábil, econômico e financeiro ou de administração pública; e mais de 10 anos de exercício de função ou efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos nas áreas mencionadas e, no caso dos auditores e membros do Ministério Público junto ao TCE, 10 anos de efetiva atividade nas respectivas carreiras daquele Tribunal.
- É compatível com a disciplina da matéria na Constituição da República o quanto referido em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.

12. Em outubro de 2013, foi apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que tramita sob o nº 334/2013 e pretende dar nova redação ao artigo 14, § 1º, da Constituição, com vistas a tornar o alistamento eleitoral e o voto facultativos. Em conformidade com o relatório de conferência de assinaturas da Casa legislativa, referida PEC foi validamente subscrita por 174 de um total de 513 Deputados Federais. Diante da disciplina constitucional da matéria, a PEC 334/2013, em princípio,
- (A) não afronta os limites formais, circunstanciais ou materiais impostos ao poder de reforma constitucional, estando apta a prosseguir o trâmite regular das proposições normativas da espécie.
 - (B) não atende à exigência constitucional relativa ao exercício de iniciativa conjunta para propositura de emendas à Constituição por membros das Casas Legislativas.
 - (C) não poderá ser objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional, por afrontar limite material imposto ao poder de reforma constitucional.
 - (D) somente poderá ser objeto de deliberação no que se refere à facultatividade do alistamento eleitoral, mas não do voto, que goza de tutela reforçada contra a atuação do poder de reforma constitucional.
 - (E) deverá ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

Direito Administrativo

13. Determinado Município, visando promover prestação mais eficiente de serviço municipal de coleta de lixo domiciliar, edita lei específica, por meio da qual cria empresa pública dedicada ao referido serviço, antes praticado por órgão municipal.
- No caso, houve
- (A) concentração de um serviço *uti possidetis*.
 - (B) desconcentração de um serviço *uti universi*.
 - (C) descentralização de um serviço *uti universi*.
 - (D) descentralização de um serviço *uti singuli*.
 - (E) desconcentração de um serviço *uti singuli*.
14. Desenvolvida em fins do século XIX e início do século XX, essa corrente doutrinária, inspirada na jurisprudência do Conselho de Estado francês, era capitaneada pelos doutrinadores franceses Léon Duguit e Gaston Jèze, os quais buscavam, no dizer de Odete Medauar, “deslocar o poder de foco de atenção dos publicistas, partindo da ideia de necessidade e explicando a gestão pública como resposta às necessidades da vida coletiva” (O Direito Administrativo em Evolução, 2003:37). Estamos nos referindo à Escola
- (A) da Administração Social.
 - (B) da Administração Gerencial.
 - (C) do Serviço Público.
 - (D) da Potestade Pública.
 - (E) Pandectista.
15. Acerca do poder normativo da Administração Pública, é correto afirmar:
- (A) Os chamados regulamentos executivos não existem no Direito Brasileiro, que somente admite os chamados regulamentos autorizados ou delegados.
 - (B) É exercido por meio de decretos regulamentares, resoluções, portarias e outros atos dotados de natureza normativa primária.
 - (C) Não se confunde com o poder regulamentar, pois ambos têm natureza jurídica distinta.
 - (D) Compete ao Congresso Nacional sustar atos normativos dos demais Poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
 - (E) Nem toda lei depende de regulamento para ser executada, mas toda e qualquer lei pode ser regulamentada se o Executivo julgar conveniente fazê-lo.
16. Motivação *aliunde* é
- (A) motivação baseada em afirmações falsas.
 - (B) sinônimo de motivação *obiter dictum*.
 - (C) motivação omissa, capaz de gerar a nulidade do ato administrativo.
 - (D) sinônimo de *ratio decidendi*, nos processos administrativos.
 - (E) fundamentação por remissão àquela constante em ato precedente.



17. Observe as seguintes características, no tocante a determinadas entidades da Administração Indireta:
- sua criação deve ser autorizada por lei específica.
 - a contratação de seus servidores deve ser feita por concurso público, porém, eles não titularizam cargo público e tampouco fazem jus à estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal de 1988.
 - seus servidores estão sujeitos à proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, com as exceções admitidas pela Constituição; porém, nem sempre é aplicável a essas entidades a regra do teto remuneratório.
- Estamos nos referindo às
- empresas públicas e às sociedades de economia mista.
 - autarquias e às sociedades de economia mista.
 - fundações governamentais e às empresas públicas.
 - sociedades de economia mista e aos consórcios públicos.
 - agências e às empresas públicas.
18. Mauro e André, ambos servidores públicos, foram citados em processo administrativo disciplinar e, concomitantemente, denunciados em ação penal, sob suspeita de terem se apropriado de computador da repartição em que trabalhavam. Conforme consta na Portaria do processo disciplinar e na denúncia, ambos teriam atuado em conluio, ingressando na repartição pública durante determinado final de semana, ocasião em que subtraíram o referido computador, o qual foi encontrado, horas depois da subtração, na residência de André. No processo penal, ambos foram absolvidos: Mauro, pois ficou comprovado que no final de semana em questão estava em férias, em localidade distante de seu local de trabalho e não poderia ter participado por qualquer forma da conduta delituosa; André, porque ficou comprovada a intenção de utilizar-se do equipamento apenas no final de semana, para elaborar trabalho escolar, pretendendo devolvê-lo em seguida, configurando assim o chamado "peculato de uso", figura atípica para a responsabilização criminal.
- Diante de tal situação, conclui-se que a decisão proferida no processo penal
- levará à extinção imediata do processo administrativo, sem necessidade de emissão de decisão administrativa acerca da conduta dos servidores.
 - conduzirá à absolvição de Mauro no processo administrativo; não sendo possível dizer o mesmo em relação a André.
 - conduzirá à absolvição de André no processo administrativo; não sendo possível dizer o mesmo em relação a Mauro.
 - é absolutamente irrelevante para a decisão do processo administrativo, haja vista a chamada incommunicabilidade das instâncias.
 - vincula a autoridade administrativa, que deve absolver ambos os servidores.
19. No tocante à aplicação de sanções, no âmbito dos contratos administrativos (Lei Federal nº 8.666/93), é correto afirmar:
- A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal e deve vigorar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
 - O poder de alterar unilateralmente o contrato pode ser utilizado para punir a conduta do contratado.
 - Ainda que execute corretamente o contrato, o contratado pode ser punido com declaração de inidoneidade para contratar com a Administração, caso tenha sofrido condenação definitiva em razão da prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
 - O ato de aplicação da sanção goza de presunção de legitimidade *jure et de jure*.
 - A recusa injustificada de assinar o contrato, no prazo estabelecido no edital, gera o decaimento do direito de contratar, mas não permite a aplicação de outras sanções ao licitante-vencedor.
20. Trata-se de ato administrativo unilateral de natureza discricionária, pelo qual se exerce o controle *a priori* ou *a posteriori* de outro ato administrativo. Estamos nos referindo à
- licença.
 - homologação.
 - autorização.
 - aprovação.
 - admissão.
21. A Administração Municipal pretende realizar contrato de obra pública, precedido de licitação na modalidade tomada de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93. Neste caso, NÃO é requisito obrigatório para a abertura da licitação a
- previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
 - previsão de prestação de garantia pelo contratado.
 - aprovação da minuta de edital por assessoria jurídica da Administração.
 - aprovação de projeto básico pela autoridade competente.
 - existência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários da contratação.



22. No tocante à responsabilidade dos entes estatais, é correto afirmar:

- (A) A atual jurisprudência do STF entende que a responsabilidade objetiva somente se aplica em favor de usuários de serviços públicos e não de terceiros que não ostentem tal condição.
- (B) A responsabilidade aquiliana não se aplica ao Estado, visto que se trata de modalidade típica do direito civil.
- (C) Sempre que editada lei de efeitos concretos haverá a responsabilização do ente estatal que exerceu a atividade legislativa.
- (D) A licitude da atuação estatal não elide a sua responsabilização, quando houver injusta distribuição dos ônus da atividade administrativa.
- (E) A chamada teoria da culpa do serviço inaugura a fase de responsabilização objetiva, na evolução da responsabilidade estatal.

23. No tocante à desapropriação, o Município

- (A) tem competência exclusiva para executar a desapropriação-sanção, em caso de descumprimento da função social da propriedade urbana.
- (B) possui competência para legislar acerca do procedimento desapropriatório, no tocante às desapropriações necessárias ao desenvolvimento urbano.
- (C) não possui competência para desapropriar por interesse social imóveis situados em zona rural.
- (D) tem competência declaratória e executória, sendo que ambas são indelegáveis.
- (E) pode desapropriar bens pertencentes à União e aos Estados, mediante autorização legislativa desses entes.

24. O corpo permanente da Constituição Federal, no tocante aos proventos do servidor aposentado pelo regime próprio de previdência,

- (A) estabelece que os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, com a consequente redução proporcional dos proventos, caso opte por essa aposentadoria especial.
- (B) garante aos servidores inativos a extensão de todos e quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade.
- (C) determina que, nas hipóteses de aposentadoria com proventos proporcionais, deve-se utilizar como base de cálculo o valor da última remuneração percebida pelo servidor, quando em atividade.
- (D) estabelece que os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão farão jus à aposentadoria complementar, mediante sua expressa adesão a tal regime, sem prejuízo da vinculação ao regime geral de previdência social.
- (E) prevê a incidência de contribuição previdenciária nos proventos do inativo portador de doença incapacitante, a qual incidirá apenas sobre as parcelas que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Direito Tributário

25. Visando ao aumento da arrecadação municipal, a Secretaria de Finanças de Cuiabá elaborou diversas propostas de lei ordinária a serem encaminhadas à Câmara Municipal. A proposta que NÃO afronta o disposto na Constituição Federal é:

- (A) Instituir em 2014 e cobrar em 2015 nova taxa específica sobre o serviço de coleta de lixo de materiais eletrônicos dos proprietários de imóveis localizados tanto no perímetro urbano, como na área rural do município, cuja base de cálculo não pode ser a mesma utilizada para a cobrança do IPTU.
- (B) Instituir e cobrar em 2014 nova taxa específica sobre o serviço de coleta de lixo de materiais eletrônicos dos proprietários de imóveis localizados no perímetro urbano do município, cuja base de cálculo será o valor venal dos imóveis que vierem a ser beneficiados com o serviço de coleta.
- (C) Instituir em 2014 e cobrar somente em 2015 nova taxa específica sobre o serviço de coleta de lixo de materiais eletrônicos dos proprietários de imóveis localizados tanto no perímetro urbano, como na área rural do município, cuja base de cálculo será o valor venal dos imóveis que vierem a ser beneficiados com o serviço de coleta.
- (D) Instituir e cobrar em 2014 nova taxa específica sobre o serviço de coleta de lixo de materiais eletrônicos dos proprietários de imóveis localizados no perímetro urbano do município, cuja base de cálculo não pode ser a mesma utilizada para a cobrança do IPTU.
- (E) Instituir em 2014 e cobrar em 2015 nova taxa específica sobre o serviço de coleta de lixo de materiais eletrônicos dos proprietários de imóveis localizados no perímetro urbano do município, cuja base de cálculo será o valor venal dos imóveis que vierem a ser beneficiados com o serviço de coleta.

26. Considere as seguintes afirmações:

- I. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir contribuições de intervenção no domínio econômico, observados os princípios da legalidade e da anterioridade, como previsto na Constituição Federal.
- II. Tendo em vista a proximidade da Copa do Mundo e sendo Cuiabá uma das cidades-sede escolhidas para a realização de jogos do mundial, verificou-se a necessidade urgente de ampliação da sua rede de transporte de passageiros. Para fazer face aos custos deste investimento, considerado de caráter urgente, o Município de Cuiabá poderia, mediante lei complementar municipal, instituir empréstimo compulsório, desde que observado o princípio da anterioridade.
- III. A cobrança da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, passível de instituição pelo município de Cuiabá, pode ser feita na fatura de consumo de energia elétrica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.



<p>27. Considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. A pessoa obrigada ao pagamento da penalidade pecuniária é sujeito passivo de obrigação principal ou de obrigação acessória.</p> <p>II. Em regra, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes, desde que sejam acordadas em cartório.</p> <p>III. Ambos, contribuinte e responsável, são considerados sujeitos passivos de obrigação principal, dependendo do grau de relação (direta ou indireta), com a situação que constitua o respectivo fato gerador.</p> <p>Os sujeitos passivos das relações jurídicas de natureza tributária são definidos APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I e II. (C) III. (D) II. (E) I.</p>	<p>30. No intuito de aumentar a arrecadação municipal, a Secretaria de Finanças de Cuiabá elaborou estudo propondo medidas viáveis a tal mister. Considere as seguintes propostas, em relação à cobrança de IPTU</p> <p>I. de instituições religiosas, cujos imóveis estejam localizados no perímetro urbano do município de Cuiabá e que não estejam relacionados com suas finalidades essenciais;</p> <p>II. de instituições de educação que estejam localizadas no perímetro urbano do município de Cuiabá, com ou sem fins lucrativos, independentemente do atendimento aos requisitos referidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional;</p> <p>III. relativo a imóveis de pessoas físicas ou jurídicas localizados no perímetro urbano de Cuiabá e que estejam locados a órgãos públicos da União ou do Estado.</p> <p>É constitucionalmente possível o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) II e III. (B) I e III. (C) II. (D) III. (E) I.</p>
<p>28. Considere os seguintes itens:</p> <p>I. Tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.</p> <p>II. Em qualquer caso, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo.</p> <p>III. Em qualquer caso, quando a lei seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.</p> <p>De acordo com o Código Tributário Nacional, há possibilidade de retroatividade da aplicação da lei APENAS em:</p> <p>(A) II e III. (B) I e III. (C) III. (D) II. (E) I.</p>	<p>31. Procurador do município de Cuiabá consultado sobre possibilidades legislativas de iniciativa do executivo municipal que propiciassem um aumento da arrecadação, elaborou parecer indicando quais seriam as espécies tributárias de competência do município passíveis de serem alteradas. São tributos de competência da União, dos Estados e dos Municípios, respectivamente:</p> <p>(A) Imposto sobre a propriedade territorial rural; Imposto sobre a prestação de Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei ordinária federal; Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.</p> <p>(B) Imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos; Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i>, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por acessão física; Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.</p> <p>(C) Impostos extraordinários, no caso de iminência de guerra externa ou interna; Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; Imposto sobre a prestação de serviços de comunicação.</p> <p>(D) Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar; Imposto sobre grandes fortunas, nos termos de lei ordinária federal; Imposto sobre a prestação de serviços de transporte interestadual.</p> <p>(E) Imposto sobre operações relativas a valores mobiliários; Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias; Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i>, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza.</p>
<p>29. É uma proposta que visa ao aumento da arrecadação municipal e que não afronta o disposto na Constituição Federal:</p> <p>(A) Proposta de lei complementar a ser levada ao Congresso Nacional para que seja aumentado para setenta e cinco por cento o repasse aos municípios do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios municipais.</p> <p>(B) Inclusão por lei complementar municipal da prestação de serviços de transporte intermunicipal na lista de serviços alcançadas pela incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza.</p> <p>(C) Aumento, por meio de lei ordinária municipal, das alíquotas do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana para os imóveis localizados em determinados bairros do perímetro urbano do município.</p> <p>(D) Acréscimo de 2% ao limite máximo da alíquota aplicável ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, por meio de lei ordinária municipal.</p> <p>(E) Revogação por Portaria do Executivo Municipal de benefícios fiscais relativos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza anteriormente concedidos a determinados setores de prestações de serviços.</p>	



32. Projeto de lei municipal visando atrair empresas prestadoras de serviço para os bairros menos favorecidos do perímetro urbano de Cuiabá prescreve isenções de IPTU, de ISSQN, de quaisquer taxas municipais e de eventuais contribuições de melhoria, durante três anos consecutivos, para aqueles que ali se estabelecerem até 31/12/2014, dispensando-os nesse período, inclusive, do cumprimento de quaisquer obrigações acessórias relativas às isenções concedidas. Em relação ao projeto de lei citado, deve ser feita ressalva, por ilegalidade ou inconstitucionalidade, à
- (A) isenção para taxas e contribuições de melhoria, dispensa do cumprimento de obrigações acessórias.
 - (B) isenção para taxas e contribuições de melhoria e dispensa do cumprimento de obrigações acessórias.
 - (C) isenção para taxas instituídas posteriormente à sua concessão.
 - (D) isenção para contribuições de melhoria.
 - (E) isenção do ISSQN sem observância da forma e das condições previstas para a concessão conforme lei complementar respectiva.
33. Lei municipal extingue crédito tributário referente a principal, multas, juros e honorários relativos às cobranças de IPTU ajuizadas e não pagos nos últimos 5 anos, para aqueles contribuintes que demonstrem, neste período, renda familiar inferior a 10 salários-mínimos e que desistam de eventuais litígios tributários em face do município de Cuiabá em relação ao imposto e que se comprometam a efetuar os pagamentos tempestivos do IPTU vincendo. É modalidade de extinção de crédito tributário tratada nessa lei municipal:
- (A) compensação.
 - (B) remissão.
 - (C) prescrição.
 - (D) dação em pagamento.
 - (E) consignação em pagamento.
34. Em face de rescisão de decisão condenatória, cujo trânsito em julgado ocorrera em 29 de junho de 2013, contribuinte do ISSQN do município de Cuiabá pretende pedir a restituição do crédito tributário já pago, tanto em relação ao tributo, como aos juros e às penalidades pecuniárias. Com base nestas informações, considere as assertivas a seguir:
- I. Haverá necessidade de que o contribuinte prove não ter repassado a terceiro o encargo financeiro do ISSQN já pago ou que tenha autorização expressa deste para solicitar a restituição.
 - II. O contribuinte tem 5 anos da data do trânsito em julgado da decisão rescisória para formular seu pedido de restituição.
 - III. A restituição total do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e de quaisquer penalidades pecuniárias.
- Em relação ao pedido de restituição a ser formulado está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
35. Manoel Truco, conhecido jogador profissional do município de Cuiabá, é dono de diversos imóveis residenciais e estabelecimentos prestadores de serviços da região. Em débito de IPTU e de ISSQN com a Fazenda Pública municipal, ao ter contra si lavrados diversos autos de infração e verificando que seriam precários seus argumentos em eventual impugnação administrativa, apressou-se em alienar todos os seus imóveis e estabelecimentos, antes do crédito tributário constituído ser regularmente inscrito em dívida ativa. Em relação à atitude de Manoel Truco em face do disposto no Código Tributário Nacional, é correto afirmar:
- (A) Se o crédito tributário já tivesse sido regularmente inscrito em dívida ativa, haveria a presunção de fraude em qualquer circunstância.
 - (B) A fraude cometida pelo contribuinte é patente, tendo em vista que uma vez lavrado auto de infração não se pode alienar qualquer bem, tendo em vista a garantia do crédito tributário regularmente constituído.
 - (C) Não há a presunção de fraude, tendo em vista que o crédito tributário não fora regularmente inscrito em dívida ativa.
 - (D) Não há a presunção de fraude, tendo em vista que o crédito tributário não fora regularmente inscrito em dívida ativa, contanto que tenha rendas suficientes para pagar integralmente a dívida administrativamente constituída.
 - (E) Deve haver apenas a presunção de fraude, tendo em vista a alienação de seus bens quando já constituído regularmente o crédito tributário.
36. Ao analisar auto de infração, cujo termo de início de fiscalização e lavratura deu-se em 2013 por autoridade administrativa fazendária municipal, em face de infração cometida em 2009 por contribuinte do ISSQN, verifica-se que a legislação aplicável ao contribuinte à época do fato gerador fora revogada em 2011, e a legislação instituindo novos critérios de apuração e processos de fiscalização fora alterada em 2012. Com base nestas informações, considere as assertivas a seguir:
- I. A legislação aplicável ao lançamento referente ao contribuinte infrator deve ser a vigente em 2009.
 - II. A legislação aplicável ao lançamento referente ao contribuinte infrator deve ser a de 2009 e a aplicável à autoridade administrativa, em sua fiscalização e procedimento de lavratura, deve ser a vigente em 2013.
 - III. A legislação aplicável à autoridade administrativa em sua fiscalização e procedimento de lavratura deve ser a vigente em 2009.
- Estão de acordo com os dispositivos do Código Tributário Nacional em relação ao lançamento tributário, o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I.
 - (C) II.
 - (D) III.
 - (E) I e III.



Direito Civil

37. Renato contratou André para transportá-lo onerosamente, de carro, de Cuiabá a Sorriso. No contrato, as partes estabeleceram que, em caso de acidente causado por terceiro, André não teria o dever de indenizar Renato. No trajeto, um caminhão conduzido negligentemente abalrou o veículo que transportava Renato, causando-lhe danos. Renato

- (A) poderá pedir indenização contra André, pois a cláusula excludente de responsabilidade é nula e a culpa de terceiro não afasta a responsabilidade do transportador, que possui ação de regresso contra o causador do dano.
- (B) não poderá pedir indenização contra André, pois a responsabilidade do transportador é subjetiva.
- (C) não poderá pedir indenização contra André, pois a responsabilidade do transportador é afastada em caso de culpa de terceiro.
- (D) não poderá pedir indenização contra André, pois pactuou cláusula excludente de responsabilidade.
- (E) poderá pedir indenização contra André, pois a cláusula excludente de responsabilidade é nula e a culpa de terceiro não afasta a responsabilidade do transportador nem lhe confere ação de regresso contra o causador do dano.

38. Por ocasião de forte seca na região centro-oeste, Manoel passou a vender água potável a preço cinco vezes superior ao que praticava anteriormente. Temendo perder produção de soja, Jair celebrou vultoso contrato, adquirindo grande quantidade de água pelo preço cobrado por Manoel. O negócio celebrado entre Manoel e Jair é

- (A) válido, pois a Constituição Federal garante o direito de propriedade e estimula a livre-iniciativa.
- (B) anulável, em razão de vício denominado lesão.
- (C) nulo, em razão de vício denominado lesão.
- (D) anulável, em razão de vício denominado estado de perigo.
- (E) nulo, em razão de vício denominado coação.

39. Carlos adquiriu um cavalo premiado para participar de competição de hipismo. O vendedor, Gil, comprometeu-se a entregar o cavalo em até dois dias do início da competição. Gil, no entanto, deixou de entregar o cavalo na data combinada, impossibilitando Carlos de participar do torneio. Entregou-o, porém, três dias depois. Carlos

- (A) deverá necessariamente receber a coisa, não podendo reclamar satisfação das perdas e danos.
- (B) deverá necessariamente receber a coisa, sem prejuízo de exigir satisfação das perdas e danos.
- (C) deverá necessariamente enjeitar a coisa, exigindo satisfação das perdas e danos.
- (D) poderá enjeitar a coisa e exigir satisfação das perdas e danos, caso entenda que a prestação se tornou inútil.
- (E) poderá enjeitar a coisa e exigir somente a devolução da quantia paga, sem outros acréscimos.

40. Quando faleceu, Arlindo possuía um irmão, Armando, e dois sobrinhos, João e Josué. À época do falecimento, a lei estipulava que o irmão precedia os sobrinhos na sucessão. No entanto, antes da partilha, sobreveio lei alterando a ordem de vocação hereditária, colocando os sobrinhos à frente do irmão. A lei não previu regras de transição. Os bens de Arlindo passaram a ser de

- (A) Armando, que adquiriu tal direito por ocasião do falecimento de Arlindo.
- (B) João e Josué, porque a lei de ordem pública possui efeito retroativo.
- (C) João e Josué, porque, até a partilha, Armando possuía mera expectativa de direito.
- (D) João e Josué, porque a lei nova não previu regras de transição.
- (E) Armando, porque a lei equipara os direitos sob condição suspensiva ao direito adquirido.

41. Aracy hospedou-se no Hotel Bela Vista e levou consigo um *poodle* aparentemente inofensivo. Este, porém, fugiu do quarto de Aracy, por descuido dela, e atacou os pés de Ana Tereza, causando-lhe rompimento de tendão. Ana Tereza poderá pedir indenização contra

- (A) Aracy, que responde objetivamente pelos danos causados pelo animal, e contra o Hotel Bela Vista, que responde subjetivamente por seus hóspedes.
- (B) Aracy, que responde objetivamente pelos danos causados pelo animal, e contra o Hotel Bela Vista, que responde objetivamente por seus hóspedes.
- (C) Aracy, que responde subjetivamente pelos danos causados pelo animal, mas não contra o Hotel Bela Vista, que não teve culpa pelo incidente.
- (D) o Hotel Bela Vista, apenas, por se tratar de relação de consumo.
- (E) Aracy, que responde objetivamente pelos danos causados pelo animal, mas não contra o Hotel Bela Vista, que não teve culpa pelo incidente.

42. Rubens celebrou contrato no âmbito do qual se comprometeu a reparar a instalação elétrica da residência de Nilce. Para o caso de não realizar o serviço no prazo, as partes estabeleceram que Rubens pagaria a Nilce 50% do valor do contrato, a título de cláusula penal. Na data em que a obrigação deveria ter sido integralmente cumprida, Rubens havia finalizado 90% dos serviços contratados. Nilce ajuizou ação postulando o pagamento de 50% do valor contratado, conforme as partes haviam estabelecido em contrato. Este valor deverá ser

- (A) pago integralmente, porque o contrato faz lei entre as partes e a cominação não supera o valor do contrato.
- (B) pago integralmente, porque o contrato faz lei entre as partes, as quais podem estipular cláusula penal de qualquer valor.
- (C) afastado por completo, porque a lei comina nulidade à cláusula penal de valor superior a 30% do contrato.
- (D) reduzido equitativamente, pelo juiz, porque a obrigação foi cumprida em grande parte.
- (E) afastado por completo, porque a obrigação foi cumprida quase que integralmente.



<p>43. Analise as proposições abaixo, acerca da propriedade fiduciária:</p> <p>I. Constituída a propriedade fiduciária, o devedor não pode usar a coisa, que permanece em sua posse a título de depósito, até o vencimento da dívida.</p> <p>II. Desde que haja previsão expressa, o proprietário fiduciário pode ficar com a coisa alienada em garantia se a dívida não for paga no vencimento.</p> <p>III. O terceiro que pagar a dívida, mesmo que não interessado, se sub-rogará no crédito e na propriedade fiduciária.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III. (B) II e III, apenas. (C) II, apenas. (D) I, apenas. (E) III, apenas.</p>	<p>46. Valdir celebrou contrato de empréstimo com Banco Europa, cujo instrumento foi assinado por duas testemunhas. Porém, vendo-se em dificuldades financeiras, ajuizou ação anulatória e formulou pedido de liminar para impedir a execução do contrato. Não obstante, o Banco Europa ajuizou ação de execução. Em sede de embargos, embora sem prestar caução, Valdir pugnou pela suspensão da execução até julgamento da ação anulatória, argumentando estar o débito sob discussão judicial. Este pedido deverá ser</p> <p>(A) indeferido, porque a execução dos contratos bancários não admite suspensão. (B) deferido, pois os embargos, por si só, suspendem, em regra, a execução. (C) deferido, pois o débito está sob discussão judicial e a ação anulatória poderá vir a ser julgada procedente. (D) indeferido, pois a propositura de ação referente ao débito, por si só, não inibe o credor de promover-lhe a execução. (E) deferido apenas se as ações tramitarem perante o mesmo juízo.</p>
<p>44. Durante cirurgia de emergência, Marcos teve a perna amputada por Alexandre, cirurgião, para quem o procedimento extremo era necessário à salvação da vida de Marcos. Profundamente abalado, Marcos ajuizou ação de indenização contra Alexandre, que se defendeu afirmando ter agido com diligência, prudência e perícia. A versão de Alexandre foi comprovada por meio de prova pericial. Por outro lado, a prova pericial também comprovou que a amputação da perna de Marcos foi causada por Alexandre. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o pedido indenizatório deverá ser julgado</p> <p>(A) procedente, porque Alexandre exerce atividade que, por sua natureza, traz risco aos direitos de outrem. (B) improcedente, pois Alexandre comprovou não ter agido com culpa e porque a responsabilidade do profissional liberal é subjetiva. (C) procedente, pois Marcos comprovou nexo de causalidade e porque a responsabilidade do profissional liberal é objetiva. (D) improcedente, porque, embora objetiva, a responsabilidade de Alexandre foi elidida pela ausência de culpa. (E) procedente, porque Alexandre prestou serviço defeituoso, o que acarreta responsabilidade objetiva.</p>	<p>47. Marli ajuizou ação contra Gustavo reivindicando a propriedade de um imóvel. Depois da citação, vendeu o imóvel a Lucas, que requereu seu ingresso em Juízo. Lucas</p> <p>(A) somente poderá ingressar no processo com o consentimento de Gustavo, mas suportará os efeitos da sentença mesmo que o feito prossiga apenas entre as partes originárias. (B) não poderá ingressar no feito mesmo que haja consentimento de Gustavo e não suportará os efeitos da sentença que vier a ser proferida contra Lucas. (C) ingressará no feito como decorrência lógica da alienação do bem, sendo irrelevante a aquiescência de Gustavo. (D) somente poderá ingressar no processo com o consentimento de Gustavo e de Marli, não suportando os efeitos da sentença se o feito prosseguir apenas entre as partes originárias. (E) não poderá ingressar no feito mesmo que haja consentimento de Gustavo, mas suportará os efeitos da sentença que vier a ser proferida contra Lucas.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>45. Carlos ajuizou ação de indenização contra Daniel, a qual foi julgada procedente, em decisão cujo valor transitou em julgado. Quando do cumprimento da decisão, Carlos requereu a intimação de Daniel para pagamento da condenação, acrescida de juros e correção monetária. Não concordando com o valor da condenação nem com os índices de atualização aplicados por Carlos, Daniel apresentou impugnação, alegando, como argumento exclusivo, excesso de execução. Esta impugnação</p> <p>(A) deverá indicar a quantia que Daniel entende correta, sob pena de rejeição, podendo o juiz alterar tanto os índices de atualização como o valor da condenação. (B) suspenderá automaticamente o processo, mas apenas no que toca ao excesso decorrente da aplicação dos índices de atualização. (C) suspenderá automaticamente e no todo o processo, tal como se dá com os embargos à execução de título executivo extrajudicial. (D) deverá indicar a quantia que Daniel entende correta, sob pena de rejeição liminar, podendo o juiz alterar os índices de atualização mas não o valor da condenação. (E) impede a prática de qualquer ato executivo, quando recebida no efeito suspensivo, ainda que o exequente preste caução.</p>	<p>48. Leopoldo residiu por 20 anos em fração de propriedade de Leonardo, onde exerceu as funções de caseiro. Não podendo mais custear os serviços de Leopoldo, Leonardo o demitiu e solicitou que deixasse o imóvel, notificando-o formalmente para tanto. No entanto, Leopoldo recusou-se a fazê-lo, afirmando que, depois de 20 anos, passou a ter posse e propriedade de parte do bem. Leonardo</p> <p>(A) deverá tolerar a presença de Leopoldo, tendo em vista o princípio da função social da propriedade. (B) poderá requerer expedição de mandado de reintegração, pois Leopoldo não possui posse nem propriedade do bem, sobre o qual passou a praticar esbulho. (C) deverá tolerar a presença de Leopoldo, que, depois de 20 anos de posse justa, adquiriu fração da propriedade do bem, por usucapião. (D) deverá tolerar a presença de Leopoldo, que possui melhor posse sobre fração do bem. (E) poderá requerer expedição de mandado de reintegração, pois, apesar de Leopoldo ter adquirido fração do bem por usucapião, Leonardo possui melhor posse.</p>



49. Márcio ajuizou ação de obrigação de fazer contra Telefonia do Centro Oeste pugnando pela retirada de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito. Postulou pela concessão de tutela antecipada, a qual foi deferida de plano, sem oitiva da parte contrária. Ao final, porém, o pedido foi julgado improcedente, com revogação expressa da tutela antecipada. Apelação interposta por Márcio
- (A) deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo, mas com o restabelecimento dos efeitos da tutela revogada de forma expressa pela sentença, por se estar diante de direito da personalidade.
- (B) deverá ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo, que não restabelecerá os efeitos da tutela revogada de forma expressa pela sentença.
- (C) deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo, que não restabelecerá os efeitos da tutela revogada de forma expressa pela sentença.
- (D) deverá ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo, que restabelecerá os efeitos da tutela revogada de forma expressa pela sentença.
- (E) restabelece os efeitos da tutela revogada de forma expressa pela sentença, independentemente do efeito em que tenha sido recebida.
50. Analise as proposições abaixo, acerca do processo de execução fiscal:
- I. Presume-se fraudulenta, desde a inscrição do débito em dívida ativa, a alienação ou oneração de bens, a menos que o devedor tenha reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
- II. A produção de provas, pelo município, independe de requerimento na petição inicial.
- III. Em garantia da execução fiscal, o executado pode oferecer fiança bancária pelo valor da dívida acrescida de juros, multa e encargos indicados na certidão de dívida ativa.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.
51. Eduardo contratou a construção de uma residência com Francisco, engenheiro, entregando-lhe os projetos executivos aprovados perante a municipalidade. Por sua vez, Francisco subcontratou Roberto, mestre de obras, repassando-lhe os projetos executivos. Durante a consecução da obra, porém, Eduardo rompeu o contrato de empreitada, pugnando pela devolução dos documentos que imaginava estarem em poder de Francisco. Francisco pediu a Roberto que devolvesse os documentos. No entanto, Roberto, sem justo motivo, recusou-se a fazê-lo. Inconformado, Eduardo ajuizou medida cautelar de exibição de documentos, no âmbito da qual o juiz ordenará que Roberto
- (A) seja imediatamente indiciado por crime de desobediência.
- (B) indenize Eduardo pelos prejuízos que a não-apresentação do documento lhe causou.
- (C) proceda ao depósito do documento, determinando a expedição de mandado de apreensão, para o caso de descumprimento.
- (D) proceda ao depósito do documento, sob pena de presunção de veracidade dos fatos contidos na inicial.
- (E) proceda ao depósito do documento, sob pena de multa.
52. Analise as proposições abaixo, acerca do processo coletivo:
- I. O município tem legitimidade para ajuizar ação civil pública para cobrança de IPTU de municípios que possam ser individualmente determinados.
- II. O município pode tomar dos interessados termo de ajustamento de conduta às exigências legais, que terá sempre eficácia de título executivo judicial.
- III. O Ministério Público pode requisitar certidões e informações, inclusive do município, que somente as poderá negar nos casos em que a lei impuser sigilo.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.
53. Ao trafegar em via pública terrestre sem a devida atenção, Janaína colidiu veículo com a traseira do veículo de Flávia, que ajuizou ação de indenização. Janaína é domiciliada em Cuiabá e Flávia em Sorriso. O acidente ocorreu em Tangará da Serra. De acordo com o Código de Processo Civil, esta ação deverá tramitar
- (A) pelo rito ordinário, na Comarca de Sorriso ou Tangará da Serra.
- (B) pelo rito sumário, na Comarca de Tangará da Serra ou Cuiabá.
- (C) pelo rito ordinário, na Comarca de Sorriso ou Cuiabá.
- (D) pelo rito sumário, na Comarca de Sorriso ou Tangará da Serra.
- (E) pelo rito ordinário, na Comarca de Tangará da Serra ou Cuiabá.
54. Maria ajuizou ação de cobrança contra Gerson e Renato, devedores solidários, os quais apresentaram defesas distintas mas com fundamentos comuns. O pedido foi julgado procedente mas apenas Renato recorreu. De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso
- (A) aproveita a Gerson, será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, deverá ser interposto no prazo de 15 dias e respondido no prazo de 5.
- (B) aproveita a Gerson, será recebido apenas no efeito devolutivo e deverá ser interposto e respondido no prazo de 15 dias.
- (C) não aproveita a Gerson, será recebido apenas no efeito devolutivo e deverá ser interposto e respondido no prazo de 15 dias.
- (D) não aproveita a Gerson, será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, deverá ser interposto no prazo de 15 dias e respondido no prazo de 5.
- (E) aproveita a Gerson, será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo e deverá ser interposto e respondido no prazo de 15 dias.



<p>55. De acordo com o Código de Processo Civil, em contestação</p> <p>(A) pode o município, em regra, apresentar impugnação por negativa geral.</p> <p>(B) compete ao réu, antes de discutir o mérito, alegar incompetência relativa e absoluta.</p> <p>(C) o réu deverá especificar as provas que pretende produzir, juntando, neste momento, os documentos destinados a provar suas alegações.</p> <p>(D) o réu poderá apresentar reconvenção, na mesma peça processual, mas depois de rebater os fatos descritos na inicial.</p> <p>(E) o réu deverá rebater especificamente a narrativa contida na petição inicial, sob pena de presumirem-se verdadeiros quaisquer fatos não impugnados, em qualquer hipótese.</p>	<p>58. Em relação ao instituto da equiparação salarial e sua aplicação na Administração Pública, segundo o entendimento jurisprudencial do TST,</p> <p>(A) a cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.</p> <p>(B) o quadro de pessoal organizado em carreira do empregador privado e da Administração Direta deve ser homologado pelo Ministério do Trabalho, ainda que aprovado por ato administrativo de autoridade competente.</p> <p>(C) para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.</p> <p>(D) é necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, ainda que o pedido se relacione com situação pretérita.</p> <p>(E) é juridicamente possível a equiparação salarial entre servidores públicos, independentemente de terem sido contratados pela CLT ou não.</p>
<p>56. Em razão de acidente automobilístico, Alberto ajuizou ação de indenização contra Maurício, que se defendeu alegando culpa exclusiva de terceiro. Depois de julgado procedente o pedido, em decisão transitada em julgado, Maurício ajuizou ação contra Alberto no âmbito da qual demonstrou, por laudo particular anexado à petição inicial, que o acidente ocorreu porque Alberto trafegava com veículo em mau estado de conservação. Este segundo processo deverá ser</p> <p>(A) extinto sem resolução de mérito, porque, depois do trânsito em julgado, reputam-se repelidas não somente as alegações efetivamente realizadas, mas também as que poderiam ter sido feitas por ocasião da defesa.</p> <p>(B) admitido, porque houve alteração dos polos ativo e passivo, mudança da causa de pedir e juntada de documento essencial.</p> <p>(C) admitido, pois houve alteração da causa de pedir.</p> <p>(D) extinto com resolução de mérito, em razão da coisa julgada.</p> <p>(E) admitido, em razão da alteração dos polos ativo e passivo.</p>	<p>59. Em relação ao salário mínimo, é correto afirmar:</p> <p>(A) Fixado em Lei Complementar, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.</p> <p>(B) Será fixado considerando a extensão e a complexidade do trabalho.</p> <p>(C) Atualmente, pode, por delegação de competência da União, ser fixado pelos Estados da Federação.</p> <p>(D) Pela implementação da política de valorização do salário mínimo vigente, os reajustes e aumentos do salário mínimo serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto.</p> <p>(E) Salvo nos casos previstos na Constituição Federal e em Lei Complementar, não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.</p>
<p style="text-align: center;">Direito do Trabalho</p> <p>57. De acordo com a CLT considera-se empregado</p> <p>(A) toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(B) toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador individual ou coletivo, com ou sem subordinação e mediante remuneração.</p> <p>(C) toda pessoa natural que presta serviços de natureza eventual ou não a empregador, sob subordinação econômica e mediante remuneração.</p> <p>(D) toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(E) todo sujeito de direito que presta serviços de natureza contínua ao contratante, com ou sem pessoalidade, mediante salário e com subordinação.</p>	<p>60. Segundo a jurisprudência do TST, em caso de contratação sem concurso público de empregado regido pela CLT, pela Administração Pública Indireta,</p> <p>(A) o contrato é válido, porque a existência de irregularidade administrativa não vicia o contrato de trabalho celebrado entre agentes capazes.</p> <p>(B) diante dos princípios da primazia da realidade e protetor, a relação jurídica é válida para todos os efeitos legais.</p> <p>(C) o contrato é nulo, não produzindo qualquer efeito, face à exigência constitucional do concurso público.</p> <p>(D) o contrato é válido, porque a existência de irregularidade administrativa não pode ser reconhecida pela própria Administração Pública.</p> <p>(E) não é possível reconhecer a validade do contrato de trabalho, mas ao trabalhador confere direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.</p>



61. Considere as condutas relacionadas abaixo tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

- I. Nos três meses que antecedem os pleitos eleitorais até a posse dos eleitos, na circunscrição do pleito, nomear, contratar ou de qualquer forma admitir servidor público.
- II. Nos 180 dias que antecedem os pleitos eleitorais até a posse dos eleitos, na circunscrição do pleito, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional.
- III. Não estão abrangidos pelas restrições legais a nomeação e a contratação no período eleitoral, os cargos em comissão e do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
- IV. As regras de proteção aos empregados públicos existentes no período eleitoral também se aplicam aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não,

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

62. Sobre os limites e a celebração de acordos coletivos pela Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) Para o STF e o TST, não é possível sua celebração quando envolver a Administração Pública Direta e Indireta.
- (B) Para o STF, poderá disciplinar todos os aspectos das relações jurídicas entre os empregados públicos e a Administração Direta e Indireta.
- (C) Para o STF, somente é possível quando envolver os empregados públicos da Administração Direta.
- (D) Para o TST, tem-se admitido quando envolver cláusulas de natureza social.
- (E) Não possui restrições no sistema jurídico interno, desde a ratificação da Convenção da OIT que trata do Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública (Convenção 151).

63. Sobre a proteção do salário, é INCORRETO afirmar:

- (A) É vedado ao empregador limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário.
- (B) São impenhoráveis os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões.
- (C) Admite-se penhora dos salários do empregado, em razão dos créditos de natureza trabalhista e quando decorrer de uma desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) Nos termos da Constituição, a retenção dolosa do salário configura crime.
- (E) Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto no salário será lícito pelo empregador, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.

64. Em caso de extinção da relação de emprego por ato discriminatório, é INCORRETO afirmar:

- (A) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV.
- (B) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador de doença grave que suscite estigma ou preconceito, sendo inválido o ato, com direito à reintegração do empregado.
- (C) O empregado tem direito apenas a indenização por dano extrapatrimonial.
- (D) O empregado tem direito a readmissão/reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais.
- (E) O empregado poderá optar pela readmissão/reintegração ou a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Direito Processual do Trabalho

65. Do procedimento sumaríssimo trabalhista,

- (A) não se admite o *ius postulandi*.
- (B) estão excluídas as demandas em que é parte a Administração Pública direta e indireta.
- (C) os dissídios individuais cujo valor não exceda a 60 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (D) quando necessário e indispensável à efetivação dos direitos sociais, se fará citação por edital.
- (E) as partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.

66. Sobre a organização e estrutura da Justiça do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes federais, com recurso para o respectivo Tribunal Regional Federal.
- (B) Constitucionalmente, são órgãos da Justiça do Trabalho: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes Federais.
- (C) O Tribunal Superior do Trabalho é composto por 11 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 60 anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) As varas do trabalho serão criadas por lei complementar.
- (E) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

67. No Processo Judiciário do Trabalho,

- (A) o não comparecimento do reclamante ou da reclamada à audiência importa o arquivamento da ação trabalhista.
- (B) a compensação, ou retenção, só poderá ser arguida como matéria de defesa.
- (C) a compensação, ou retenção, só poderá ser arguida em sede recursal.
- (D) não havendo acordo em audiência, o reclamado terá 15 minutos para aduzir sua defesa.
- (E) apresentada a defesa, o juiz ou presidente proferirá a conciliação entre as partes.



68. Sobre os recursos trabalhistas, considere as seguintes afirmações:

- I. Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal.
- II. Na hipótese de feriado forense, incumbirá à autoridade que proferir a decisão de admissibilidade certificar o expediente nos autos.
- III. É extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado.
- IV. A interrupção do prazo recursal em razão da interposição de embargos de declaração pela parte adversa não acarreta qualquer prejuízo àquele que apresentou seu recurso tempestivamente.
- V. Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

Estão corretas

- (A) II, III e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.
- (E) I, II e V, apenas.

69. O termo conciliatório homologado pelo juiz do trabalho, com pronunciamento explícito de sua motivação, é atacável por

- (A) embargos do devedor.
- (B) ação anulatória.
- (C) mandado de segurança.
- (D) ação rescisória.
- (E) ação declaratória de nulidade de ato judicial.

70. Sobre os recursos trabalhistas, considere as seguintes afirmações:

- I. Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo.
- II. Não se conhece de recurso para o TST, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta.
- III. Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- IV. Inexiste a deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas processuais, quando a diferença em relação ao "quantum" devido seja ínfima, referente a centavos, podendo o magistrado conceder prazo para sua complementação.

Estão corretas APENAS

- (A) I e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

71. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho é INCORRETO afirmar:

- (A) é cabível o recurso pedido de revisão contra a decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
- (B) somente haverá nulidade do ato quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- (C) as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.
- (D) o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- (E) as testemunhas comparecerão a audiência independentemente de intimação.

72. Sobre a atuação e representação da parte perante a Justiça do Trabalho é INCORRETO afirmar:

- (A) A ação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público Estadual ou curador nomeado em juízo.
- (B) A Administração Pública Direta, quando representada em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, está dispensada da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.
- (C) A Administração Pública Direta, quando representada em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, é essencial que o signatário ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Em toda ação trabalhista, o preposto deve ser empregado do reclamado.
- (E) O *jus postulandi* das partes limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

Direito Previdenciário e Financeiro

73. Considere os seguintes itens:

- I. benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social;
- II. exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais;
- III. exercício de mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural ou de dirigente de cooperativa rural constituída, exclusivamente, por segurados especiais;
- IV. atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

Não é segurado especial da Previdência Social o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, EXCETO se decorrente de:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.



<p>74. Em relação à habilitação e à reabilitação profissional, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência (Convenção de Nova York, 2007), adotada pela ONU (Organização das Nações Unidas), bem como seu Protocolo Facultativo, a qual se incorporou ao ordenamento jurídico nacional com status de emenda constitucional.</p> <p>(B) O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.</p> <p>(C) A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.</p> <p>(D) A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: de 201 a 500 – 3%; de 501 a 1.000 – 4%; de 1.001 em diante 5%.</p> <p>(E) As empresas filantrópicas e sem fins lucrativos cujas atividades estão voltadas para serviços de atendimento a portadores de deficiência não são obrigadas a cumprir a cota legal de trabalhadores com deficiência, podendo fazê-lo voluntariamente.</p>	<p>77. Com relação às definições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Empresa estatal dependente é aquela controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.</p> <p>II. Os municípios não são entes da Federação, para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>III. Empresa controlada é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) II e III. (C) III. (D) II. (E) I.</p>
<p>75. Considere os seguintes itens:</p> <p>I. doença degenerativa;</p> <p>II. doença inerente a grupo etário;</p> <p>III. doença que não produz incapacidade laborativa;</p> <p>IV. doença comum adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolve, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.</p> <p>NÃO são consideradas como doença do trabalho, APENAS</p> <p>(A) I e IV. (B) I e II. (C) I, II e III. (D) II e III. (E) II, III e IV.</p>	<p>78. Com relação às Normas Gerais sobre Finanças Públicas em face da Constituição Federal de 1988, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Lei ordinária federal disporá sobre concessão de garantias pelas entidades públicas e emissão e resgate de títulos da dívida pública.</p> <p>II. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central, sendo permitida a concessão indireta de empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.</p> <p>III. O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) I e III. (C) III. (D) II. (E) I.</p>
<p>76. É INCORRETO afirmar em relação ao Plano de Custeio da Seguridade Social:</p> <p>(A) A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social é de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços normativos.</p> <p>(B) A contribuição do empregado doméstico destinada à Seguridade Social é de 9% (nove por cento) calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal.</p> <p>(C) A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.</p> <p>(D) Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de 5% (cinco por cento) da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento.</p> <p>(E) A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição.</p>	<p>79. Em relação ao regime constitucional dos orçamentos públicos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Lei de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerá as diretrizes orçamentárias.</p> <p>(B) Lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá os orçamentos anuais.</p> <p>(C) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias e Lei do Poder Executivo estabelecerá os orçamentos anuais.</p> <p>(D) Lei de iniciativa concorrente dos Poderes Executivo e Legislativo estabelecerá as diretrizes orçamentárias.</p> <p>(E) Leis de iniciativa dos Poderes Executivo e Legislativo estabelecerão o plano plurianual e os orçamentos anuais e lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá as diretrizes orçamentárias.</p>



<p>80. Em relação à classificação da Receita Pública na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:</p> <p>(A) São Receitas Correntes os recursos financeiros oriundos de operações de crédito.</p> <p>(B) São Receitas de Capital os recursos financeiros oriundos de Participações e Dividendos.</p> <p>(C) As receitas patrimonial, agropecuária e industrial são classificadas como Receitas de Capital.</p> <p>(D) Os recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas são classificados como Receitas de Capital.</p> <p>(E) Os recursos financeiros oriundos da conversão, em espécie, de bens e direitos são classificados como Receitas Correntes.</p>	<p>85. O Município criou por decreto uma Reserva Extrativista em áreas particulares sem ajuizar as ações de desapropriação dos imóveis abrangidos. Neste caso, os proprietários</p> <p>(A) continuarão titulares de domínio, mas serão indenizados apenas pelas restrições impostas às respectivas propriedades.</p> <p>(B) continuarão titulares de domínio, pois a Reserva Extrativista é uma unidade de conservação de uso sustentável.</p> <p>(C) poderão ajuizar ações de desapropriação indireta, diante da inércia do Município, sendo possível discutir apenas o valor das indenizações.</p> <p>(D) poderão ajuizar ações declaratórias de nulidade do ato administrativo do Chefe do Executivo Municipal, porquanto não ser possível a criação de unidade de conservação por Decreto.</p> <p>(E) continuarão titulares de domínio, mas terão restrições impostas às respectivas propriedades sem direito à indenização, diante do princípio da função social da propriedade.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Fundiário, Ambiental e Urbanístico</p> <p>81. O Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso (CONSEMA) tem caráter</p> <p>(A) apenas consultivo e recursal.</p> <p>(B) consultivo, deliberativo e recursal.</p> <p>(C) apenas consultivo e deliberativo.</p> <p>(D) apenas consultivo.</p> <p>(E) apenas deliberativo.</p>	<p>86. Um determinado Município possui um Parque Municipal ocupado parcialmente por populações tradicionais. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), essas populações tradicionais</p> <p>(A) serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Município em local e condições acordados entre as partes.</p> <p>(B) permanecerão residindo no Parque, sem que sofram qualquer interferência.</p> <p>(C) serão realocadas sem direito a indenização.</p> <p>(D) serão indenizadas pelas benfeitorias e realocadas para zona de uso conflitante, segundo zoneamento estabelecido pelo plano de manejo do Parque.</p> <p>(E) permanecerão residindo no Parque pelo prazo máximo improrrogável de cinco anos.</p>
<p>82. A ordem econômica tem por princípio a defesa do meio ambiente, a qual será concretizada</p> <p>(A) pela implementação técnica dos processos produtivos.</p> <p>(B) de forma igualitária, independentemente da atividade exercida.</p> <p>(C) por meio de ações sociais voltadas ao desenvolvimento econômico da população.</p> <p>(D) mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.</p> <p>(E) mediante plano de ação econômica com diretrizes estabelecidas para a utilização de recursos naturais segundo a demanda do mercado consumidor.</p>	<p>87. Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que realizaram supressão de vegetação nativa respeitando os percentuais de Reserva Legal previstos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão são</p> <p>(A) obrigados a permitir a regeneração da Reserva Legal na respectiva propriedade rural para os percentuais exigidos pela Lei Federal nº 12.651/2012 (novo Código Florestal), em razão do caráter <i>propter rem</i> da obrigação ambiental.</p> <p>(B) obrigados a promover a recomposição da Reserva Legal na respectiva propriedade rural para os percentuais exigidos pela Lei Federal nº 12.651/2012 (novo Código Florestal), dado tratar-se de obrigação <i>propter rem</i>.</p> <p>(C) dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais exigidos pela Lei Federal nº 12.651/2012 (novo Código Florestal).</p> <p>(D) obrigados a promover a recomposição da Reserva Legal na respectiva propriedade rural para os percentuais exigidos pela Lei Federal nº 12.651/2012 (novo Código Florestal) ou a compensar área equivalente em outra propriedade rural, desde que no mesmo bioma.</p> <p>(E) dispensados de promover a recomposição da Reserva Legal na respectiva propriedade rural para os percentuais exigidos pela Lei Federal nº 12.651/2012 (novo Código Florestal), mas obrigados a compensar área equivalente em outra propriedade rural, desde que no mesmo bioma.</p>
<p>83. Joaquim é proprietário de imóvel rural no Município Gama. Há quatro exemplares arbóreos em seu imóvel que precisam ser suprimidos. A competência para autorizar esta supressão é</p> <p>(A) do Estado ou do Município.</p> <p>(B) do Município, pelo baixo impacto.</p> <p>(C) da União.</p> <p>(D) do Município, por ser assunto de interesse local.</p> <p>(E) do Estado.</p>	
<p>84. A Política Nacional do Meio Ambiente tem como objetivo</p> <p>(A) a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.</p> <p>(B) a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.</p> <p>(C) assegurar os direitos sociais.</p> <p>(D) o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.</p> <p>(E) a redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes.</p>	



<p>88. Limitações administrativas são determinações</p> <p>(A) de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.</p> <p>(B) dirigidas a uma propriedade específica, através das quais o Poder Público impõe ao proprietário obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar a propriedade ao atendimento de sua função social.</p> <p>(C) de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários determinados somente obrigações positivas para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.</p> <p>(D) de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados somente obrigações negativas para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.</p> <p>(E) de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários determinados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social.</p>	<p>91. São atos sujeitos ao registro na matrícula do imóvel:</p> <p>(A) notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel urbano.</p> <p>(B) servidões em geral.</p> <p>(C) mudança de denominação e de numeração dos prédios, edificação, reconstrução, demolição, desmembramento e loteamento de imóveis.</p> <p>(D) caução e cessão fiduciária de direitos relativos a imóveis.</p> <p>(E) cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como a constituição de fideicomisso.</p>
<p>89. Segundo a Constituição Federal, compete ao Município</p> <p>(A) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.</p> <p>(B) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.</p> <p>(C) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.</p> <p>(D) estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.</p> <p>(E) permitir que forças estrangeiras transitem por seu território ou nele permaneçam temporariamente.</p>	<p>92. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende</p> <p>(A) à exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.</p> <p>(B) ao aproveitamento racional e adequado.</p> <p>(C) à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.</p> <p>(D) às disposições que regulamentam o trabalho.</p> <p>(E) às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.</p>
<p>90. O plano diretor</p> <p>(A) fixará áreas nas quais o direito de construir será exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante doação de área equivalente para a criação de áreas verdes no território do município.</p> <p>(B) fixará áreas nas quais o direito de construir será exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.</p> <p>(C) fixará áreas nas quais o direito de construir será exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, sem que haja qualquer contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.</p> <p>(D) fixará áreas nas quais o direito de construir será exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, podendo-se exigir, a critério da administração pública, contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.</p> <p>(E) poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação Municipal</p> <p>93. Compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal</p> <p>(A) representar a Câmara em Juízo e fora dele.</p> <p>(B) autorizar as despesas da Câmara.</p> <p>(C) solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual.</p> <p>(D) encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas da Câmara ao Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>(E) tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos.</p> <p>94. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores, eleitos através do sistema proporcional, representando o povo, com mandato de quatro anos. Dentre as condições de elegibilidade para o mandato de vereador, NÃO se inclui</p> <p>(A) a condição de alfabetizado.</p> <p>(B) a idade mínima de 21 anos completos.</p> <p>(C) o alistamento eleitoral.</p> <p>(D) o domicílio eleitoral na circunscrição.</p> <p>(E) a filiação partidária.</p>



<p>95. A respeito dos requisitos urbanísticos para loteamentos, considere:</p> <p>I. As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.</p> <p>II. Os lotes terão área mínima de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e frente mínima de 10 (dez) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.</p> <p>III. Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 30 (trinta) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>98. A Lei Municipal nº 004, de 24 de dezembro de 1992 classifica as piscinas em: I. de uso público – utilizadas pela coletividade em geral; II. de uso coletivo restrito – utilizadas por grupos de pessoas, tais como as piscinas de clubes condominiais, escolas, entidades, associações, hotéis, motéis e congêneres; III. de uso familiar – as pertencentes a residências unifamiliares; IV. de uso especial – as destinadas a fins terapêuticos ou outros que não o de esporte e recreação. É obrigatório o controle médico sanitário dos banhistas que utilizem piscinas apenas de uso</p> <p>(A) público e de uso coletivo restrito.</p> <p>(B) coletivo restrito.</p> <p>(C) público.</p> <p>(D) público e de uso especial.</p> <p>(E) especial.</p>
<p>96. O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, a função administrativa de</p> <p>(A) prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores.</p> <p>(B) convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir.</p> <p>(C) permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros.</p> <p>(D) expedir decretos, portarias e outros atos administrativos.</p> <p>(E) aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente.</p>	<p>99. A respeito do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, é correto afirmar que</p> <p>(A) a existência de ações pessoais impedirá o registro do loteamento, independentemente de qualquer justificativa ou comprovação por parte do requerente.</p> <p>(B) aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 60 dias, sob pena de caducidade da aprovação.</p> <p>(C) o pedido de registro do loteamento deverá ser instruído, dentre outros documentos, com certidões negativas de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a Administração Pública.</p> <p>(D) a existência de protestos impedirá o registro do loteamento, independentemente de qualquer justificativa ou comprovação por parte do requerente.</p> <p>(E) a declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento dispensará o consentimento deste para os atos de alienação ou promessa de alienação de lotes, ou de direitos a eles relativos, que venham a ser praticados pelo seu cônjuge.</p>
<p>97. A respeito do atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida, NÃO terão prioridade no atendimento as famílias</p> <p>(A) residentes em áreas insalubres.</p> <p>(B) residentes na periferia do município.</p> <p>(C) com mulheres responsáveis pela unidade familiar.</p> <p>(D) de que façam parte pessoas com deficiência.</p> <p>(E) que tenham sido desabrigadas.</p>	<p>100. De acordo com a Lei Municipal nº 004, de 24 de dezembro de 1992, considere as seguintes ações: I. cadastramento, licenciamento e fiscalização de estabelecimentos que fabriquem gêneros alimentícios; II. aprovação de projetos, cadastramento, licenciamento e fiscalização de laboratórios de análises clínicas de patologia clínica. Para fins de exercício do poder de polícia por parte da Vigilância Sanitária</p> <p>(A) I é ação de baixa complexidade e II é ação de média complexidade.</p> <p>(B) I e II são ações de baixa complexidade.</p> <p>(C) I e II são ações de média complexidade.</p> <p>(D) I e II são ações de alta complexidade.</p> <p>(E) I é ação de média complexidade e II é ação de alta complexidade.</p>